



Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Públicos Municipais de Santa Maria/IPASSP-SM

CONSELHO DELIBERATIVO

Ata nº 260

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a **reunião ordinária** do Conselho Deliberativo do IPASSP-SM na sede do Instituto, na qual se fizeram presentes os seguintes conselheiros: **Vivian Roberta Serpa e Renato Costa**, representantes do Sindicato dos Municípios – SM; **Bárbara Bolzan, Thanise Azzolin e Medianeira do Santos Garcia**, representantes do Poder Executivo; **Venâncio Anschau**, representante do Poder Legislativo; e **Marilusa da Rosa Pichini**, representante dos inativos. Além desses, estavam presentes, **Juliana Corrêa Moreira e Maitê César**, futuras representantes do Sinprosm, o Diretor-Presidente **Eglon do Canto Silva** e o Presidente do Comitê de Investimentos **Adriano Scherer**. Abrindo os trabalhos, o Diretor Eglon fez a recepção dos novos conselheiros representantes do Sinprosm, que passarão exercer oficialmente seus mandatos a partir do dia 27/11/2021, conforme portaria de nomeação nº 75/2021. Iniciando a pauta, o presidente do Comitê de Investimentos Adriano Scherer apresentou o relatório do 3º trimestre, período de julho a setembro/21, demonstrando que o Fundo de Previdência apresentou rentabilidade de -1,61%, e meta atuarial de 4,39%, com rentabilidade auferida no ano de 0,48%, e meta atuarial de 11,23%. Esclareceu que o desempenho negativo no período se deu pela elevação da precificação da taxa de juros pelo mercado financeiro em todos os prazos da curva de juros, considerando a alta inflação e incertezas ligadas à possibilidade de o governo federal romper o teto de gastos. No Fundo de Saúde, o resultado foi positivo no trimestre, com rentabilidade de 0,88%, e meta de 1,23%, com rentabilidade auferida no ano de 1,93%, e meta de 2,53%. Dando sequência, o Diretor Eglon colocou em discussão sugestões para alteração no projeto de lei que dispõe sobre a gestão do RRPS, cujo texto foi analisado na reunião ordinária do dia 20/09/2021. As modificações ocorrem nas disposições transitórias, que trata da transferência do Fundo de Saúde para a administração direta do Executivo. As alterações propostas pelo Conselho foram registradas na ata nº 259/2021, cuja leitura e aprovação será realizada junto com a da presente ata na reunião ordinária do mês de dezembro. A seguir o Diretor Eglon fez uma breve apresentação do projeto de lei que trata da estrutura organizacional e do quadro de funções gratificadas do IPREVSM. Foi apresentado o novo organograma do Instituto, demonstrando as unidades administrativas que já foram instituídas em Lei, as que funcionam de fato e precisam ser legalizadas e as novas unidades do Pró-Gestão da Secretaria da Previdência Social. O Diretor Eglon enviará o projeto de lei e o organograma aos conselheiros que ainda não os receberam, inclusive aos novos representantes do Sinprosm. Este projeto de Lei será apreciado posteriormente pelo Conselho Deliberativo com os devidos impactos orçamentários e financeiros. O Diretor Eglon ponderou a necessidade de se fazer essas reformas no Instituto não só para atender à EC/103/2019, mas, principalmente, para acomodar o quadro próprio de servidores, cujo concurso público será realizado em 16/01/2022. Os representantes do Sindicato dos Municípios questionaram as diárias pagas aos conselheiros, em razão de o valor ser pelo cargo do servidor, e não pela função de conselheiros, o que compromete a participação de alguns desses em cursos e eventos, pois o valor recebido é insuficiente para pagar hotéis, deslocamentos e alimentação. Os demais conselheiros reconheceram que as diárias devem ser definidas pela função de conselheiro, e não pelo cargo do servidor, com valor padrão para todos os membros. O Diretor Eglon verificará, junto ao Executivo, a possibilidade de alteração na legislação das diárias para regularizar essa situação. A seguir o Diretor Eglon informou que o Instituto vai aderir ao Pró-Gestão da Secretaria da Previdência Social, passando a ser Investidor Qualificado, e os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal deverão, partir de janeiro de 2022, ser capacitados e certificados. Para a reunião ordinária do mês de dezembro, o



CONSELHO DELIBERATIVO

Diretor Eglon informou que a pauta de deliberação será o relatório da Política de Investimentos para 2022, o cronograma de reuniões para 2022 e os projetos de lei do Instituto, caso o texto final já esteja analisado e liberado pelo Executivo. Em relação à capacitação e certificação dos conselheiros, o Diretor Eglon encaminhará por e-mail a legislação do Pró-Gestão e o programa da prova da certificação da ANBIMA. Por fim os conselheiros presentes resolveram eleger a nova diretoria do Conselho Deliberativo. Para presidente, foi eleito o conselheiro Renato da Silva Costa, representante do Sindicato dos Municipários, e para Vice-Presidente, a conselheira Marilusa Fernandes da Rosa Pichini, representante dos servidores inativos. Para primeiro Secretário, elegeu-se a conselheira Vivian Roberta Serpa, representante do Sindicato dos Municipários, e para Segundo Secretário, a conselheira Juliana Correa Moreira, representante do Sinprosm. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata, que será assinada por mim, **Marilusa Fernandes**, e demais presentes.

Renato da Silva Costa, Medianeira dos Santos Garcia,
Marilusa Fernandes

Marilusa da Rosa Pichini

Barbara Bessa

Juliana Pichini

BT

Vivian Serpa

Arnono S